



O MAIOR ATAQUE JÁ VISTO DE UM GOVERNO CONTRA OS TRABALHADORES DOS CORREIOS

Em meio à pandemia, trabalhadores que estão na linha de tiro, morrendo, correndo risco de se contaminarem ou levarem o vírus para suas famílias, agora se veem diante de um brutal ataque que a direção da ECT tenta desferir contra a categoria.

A gestão da empresa, a mando do Governo Federal, apresenta uma proposta vergonhosa e desrespeitosa aos trabalhadores (as) dos Correios, nunca na história os ecetistas foram tão atacados e menosprezados por um governo.

A empresa apresentou a proposta de exclusão de 70 (setenta) cláusulas do nosso ACT que hoje contem 79 (setenta e nove cláusulas), deixando apenas 9 (cláusulas) com alterações em suas redações.

Não podemos aceitar essa afronta e desrespeito aos trabalhadores (as) e entregar todas as conquistas históricas da categoria a um governo de extrema direita que quer esmagar a classe trabalhadora.

Trabalhadores(as) nos Correios vamos dar um sonoro NÃO a esta PROPOSTA, a esta GESTÃO e a este GOVERNO.



CONFORME DECRETO ESTADUAL, USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembléia Geral Ordinária

A Diretoria Executiva do SINTECT/MS, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca pelo presente edital, todos os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Mato Grosso do Sul, a comparecerem na Assembleia Geral Ordinária, na sede própria da entidade, sito a Rua General Sampaio, 180, Bairro Cabreúva, nesta capital, no dia 20 de julho de 2020, as 17:30 horas, em primeira convocação e não atingindo o quórum, previsto no estatuto, trinta minutos após em segun-

da convocação com qualquer número de presentes para deliberar e apreciar sobre a seguinte pauta: 1) Informes; 2) Campanha Salarial; 3) Avaliação de proposta apresentada pela ECT ao Comando Nacional de Negociação. Ficam então convocados todos para comparecerem a Assembleia. Informamos que conforme decreto estadual nº 15.456 de 18 de junho de 2020, o uso de máscara é obrigatório.

Campo Grande, 17 de julho de 2020

Diretoria Executiva do SINTECT-MS

ISSO É O QUE A ECT E O GOVERNO DIZ QUE VOCÊ MERECE!!!

Cláusula 01 – PLANO DE SAÚDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS – A empresa poderá disponibilizar Benefício de Assistência à Saúde por meio de operadora contratada, de adesão facultativa e mediante cobrança de mensalidade e coparticipação dos beneficiários.

Cláusula 02 – VALE REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO – A empresa poderá disponibilizar benefício de refeição/alimentação conforme o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, definindo seus parâmetros.

Cláusula 03 – REAJUSTE SALARIAL – Sem reajuste para a categoria profissional, na vigência estabelecida na Cláusula 09.

Cláusula 04 – NÃO ACUMULAÇÃO DE VANTAGENS – Em caso de posterior instituição legal de benefícios ou vantagens previstos no presente Acordo Coletivo de Trabalho ou quaisquer outros já mantidos pelos Correios, será feita a necessária compensação, a fim de que não se computem ou se acumulem acréscimos pecuniários superiores sob o mesmo título ou idêntico fundamento, com conseqüente duplicidade de pagamento.

Cláusula 05 – REGISTRO DE PONTO – O registro de presença ao serviço será feito exclusivamente pelo empregado(a) sob a supervisão da Empresa.

§1º Fica vedada qualquer interferência de terceiros na marcação do cartão de ponto.

§2º A Empresa poderá adotar sistemas alternativos de controle da jornada de trabalho, em conformidade com legislação vigente.

Cláusula 06 – CONCILIAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS – Eventuais divergências de interpretação relacionadas ao disposto no presente Acordo Coletivo de Trabalho deverão ser comunicadas, por escrito, aos Correios para fins de esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias, antes de serem submetidas à Justiça do Trabalho.

Cláusula 07 – NEGOCIAÇÃO COLETIVA – Em caso de ocorrência de fatos que alterem substancialmente a regulamentação salarial vigente, serão revistos de comum acordo pelas partes os termos do presente Acordo Coletivo de Trabalho, visando ajustá-lo à nova realidade.

Cláusula 08 – PENALIDADE – Descumprida qualquer obrigação deste Acordo Coletivo de Trabalho, por qualquer das partes signatárias, ficará a parte infratora obrigada ao pagamento de multa em favor da parte prejudicada “calculada em

5% do valor médio do dia de salário do empregado”, limitada a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em valores globais.

Cláusula 09 – VIGÊNCIA – O presente Acordo Coletivo de Trabalho terá vigência de 1 (um) ano, de 1º de agosto de 2020 até 31 de julho de 2021.